

Biblioteca brasileira oitocentista: uma retórica da repetição

Janaína Guimarães Senna | PUC-Rio*

***Resumo:** A *Lírica Nacional*, de Quintino Bocaiúva, é apresentada aqui como uma obra que, como outras antologias que a antecederam, busca desempenhar um importante papel na consolidação da literatura brasileira. Mas é particularmente a distância temporal que a separa daquelas primeiras coletâneas que me leva a repensar os mecanismos que regem a sua elaboração e, especialmente, o fator repetição.*

***Palavras-chave:** Literatura brasileira; Antologias do século XIX; Quintino Bocaiúva.*

Vocês conhecem alguma antologia irreprochável? Qualquer que seja o critério que se adote, haverá defeitos e falhas. A verdade é que a poesia de um país não pode ser representada por uma só antologia: são precisas umas poucas, organizadas à luz de diferentes critérios, diferentes gostos.

(Manuel Bandeira. In: O Cruzeiro, 9/03/1963)

Depois da independência política, em 1822, os intelectuais brasileiros se imbuíram de senso patriótico para realizar a urgente tarefa de fixar uma identidade própria para o país, expurgando definitivamente qualquer possível associação com a ex-metrópole. Nessa delimitação das feições e dos

*. Doutoranda na PUC-Rio.

contornos da nação emergente, a aposta geral recai, então, sobre a natureza tropical, que se tornou o espaço privilegiado de caracterização do nacional.

Com isso, assistiu-se, nesse tempo, a uma vasta produção literária laudatória da cor local, voltada para a descrição das maravilhas e exuberâncias de nossa terra. A esta se juntou uma outra produção, de intelectuais das mais diversas áreas, ocupada em reunir conhecimentos considerados úteis para a imperiosa tarefa de ensinar aos brasileiros as coisas do Brasil.¹

A História, nessa missão pedagógica, assumiu um papel de destaque, uma vez que, através de seu ensino regular, era possível difundir e fixar, em cada indivíduo em particular, o sentimento de pertencer a uma comunidade.

Mas a consolidação dessa consciência de integração social – que se traduz na crença, por parte dos indivíduos, em um patrimônio compartilhado –, foi um trabalho mais amplo que, como já se observou, envolveu diversas áreas de conhecimento, motivando as mais variadas coleções, como viagens, estatísticas, bibliografias etc.

Os literatos vão dar sua contribuição nesse projeto de construção de identidade com o trabalho de garimpagem e reunião de autores e obras, principalmente do passado colonial, em antologias que tanto vão servir ao pragmatismo didático-escolar quanto serão a base das futuras histórias da literatura.

Regina Zilberman avalia o trabalho dos românticos, nesse sentido, como uma primeira e importante etapa – “uma picada aberta” – no processo de escrita da história da literatura brasileira. Segundo ela, os autores de antologias

(...) tinham pesquisado os dados fundamentais necessários à sistematização do passado da literatura brasileira, não apenas ordenando os fatos conhecidos, mas, principalmente, criando esses mesmos fatos, ao descobrir autores, obras, inéditos.²

Efetivamente, os *Parnasos* de Januário da Cunha Barbosa e de Pereira da Silva; o *Mosaico*, de Norberto e Adet, e até o tardio *Florilégio*, de Varnhagen, já da metade do século, cumpriram essa função de resgate e estabelecimento dos textos de poetas esquecidos e de divulgação da obra de escritores contemporâneos desconhecidos do grande público.

1. ROUANET, 1996, p. 9-10.

2. ZILBERMAN, 1997, p.20.

Mas, ao deparar com a *Lírica Nacional*, de 1862, e verificar sua forma bem similar a de suas antecessoras, pode-se perguntar que função ainda teria esse tipo de obra num cenário já tão inflacionado. É certo que cada compilação, como é próprio dessa atividade, escolhe o seu elenco de poetas e poemas, segundo seu projeto e suas idiossincrasias estéticas; portanto, cada uma das antologias citadas apresenta um caráter próprio, que a singulariza, e isso não vai ser diferente com a *Lírica Nacional*. No entanto, se todas essas coletâneas oitocentistas convergiam – e se repetiam com frequência – é porque tinham como fio condutor a mesma questão da nacionalidade, e se apresentavam, de certa forma, como uma resposta concreta e volumosa às censuras à falta de originalidade de nossa literatura. Nessa época, por sinal, a fim de engordar nosso patrimônio literário, muitos dos poetas coloniais foram transformados em verdadeiros nativistas (vide Botelho de Oliveira, com seu “Ilha de Maré”), cheios de sentimentos pré-nacionais...

A obra reunida por Quintino Bocaiúva não foge à regra quanto ao projeto motor, mesmo que a questão da afirmação da nacionalidade de nossa literatura não pareça mais tão premente, quando grande parte da produção poética de Gonçalves Dias e *O Guarani*, primeiro romance indianista de José de Alencar, já haviam sido publicados; e quando já se tinha discutido exaustivamente essa questão, sobretudo na famosa polêmica da *Minerva Brasileira*, nos anos 1840.³

Ao analisar suas escolhas e, principalmente, seus paratextos, notam-se “coincidências” significativas entre essa antologia e as que a precederam, e todas elas apresentadas por um discurso muito familiar. Aqui, como nas demais coletâneas do Oitocentos brasileiro, trata-se por certo de colecionar mas, como escreve Emmanuel Fraisse, “une anthologie publiée ne saurait être considérée comme pure collection: elle est transmission, intervention publique dans le champ littéraire”.⁴

3. Em torno do eixo “a literatura feita no Brasil é mera imitação ou é original”, agrupam-se nomes como José Inácio de Abreu e Lima e José da Gama e Castro, defendendo a primeira posição, e Santiago Nunes Ribeiro, Joaquim Norberto de Sousa Silva e Januário da Cunha Barbosa, partidários da posição oposta. O texto chave dessa polêmica é, sem dúvida, “Da Nacionalidade da literatura brasileira”, de Santiago Nunes Ribeiro, publicado em novembro de 1843, no primeiro número da revista.

4. FRAISSE, 1997, p. 274.

Primeiro passo de um projeto ambicioso

A *Lírica Nacional* vai dar início a um projeto editorial bastante inovador que se propõe a publicar, mensalmente, trabalhos nacionais de qualquer área do conhecimento humano, e que, exatamente por essa característica, foi batizado de “Biblioteca Brasileira”.

No texto de apresentação do projeto, Quintino Bocaiúva expõe seus anseios de facultar o acesso a textos ignorados e de dar “alento à nossa entibiada literatura pátria”.⁵ Como sabe que “o livro não é conhecido, nem procurado, nem apreciado entre nós, pela massa geral da população”, apela, em seu discurso, para as idéias de progresso e civilização, nutridas pelo pão do espírito. Pão este que era, agora, generosamente oferecido e teria o poder de melhorar a “condição moral de nosso país”, uma vez que agrupava “[...] em um centro os raios disseminados de tantas brilhantes inteligências que só necessitam reunir-se em um foco para derramarem sobre o país uma luz mais viva e resplandecente.”⁶

Essa oferta vinha ainda envolta em mais um atrativo, certamente de grande relevância: “a barateza do preço”.⁷ A assinatura, que também podia ser dividida em semestres ou trimestres, era de 12.000 réis ânuos, o que representava a módica quantia de 1.000 réis por exemplar. Apesar de todas essas vantagens, a Biblioteca só durou um ano. Nesse período, no entanto, deu à luz textos hoje consagrados e canônicos, como as *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, e grande parte de *As Minas de prata*, de José de Alencar.

Embora os exemplares trouxessem o anúncio de números subseqüentes – *Poesias*, de Bernardo Guimarães, *De Ladrão a Barão*, de Álvares de Araújo, *A Família*, do próprio Bocaiúva, por exemplo –, tais anúncios nunca chegaram a se cumprir. Numa tentativa igualmente frustrada, o 12º volume da Biblioteca anuncia uma mudança: os exemplares da coleção passariam do formato livro ao formato revista. Mas esta teve vida ainda mais breve, com apenas três números publicados.

5. BOCAIÚVA, 1862, p. 315.

6. BOCAIÚVA, 1862, p. 315.

7. BOCAIÚVA, 1862, p. 317.

Curiosamente, a obra inaugural da coleção é, ela própria, uma biblioteca brasileira que condensa, em si, as características gerais do projeto. Bocaiúva teve o cuidado de reunir nomes já consagrados, como Cláudio Manuel da Costa, a outros nada conhecidos, como Antônio Joaquim Ribas, apresentado em nota da seguinte forma:

O Dr. A. J. Ribas é um dos mais ilustrados lentes da Faculdade Jurídica de São Paulo. Sabem dele, os seus discípulos e os seus amigos, que é um bom e profundo literato. Mas todos os seus manuscritos guarda-os com tal avareza que, justo castigo desse defeito, o seu nome não é popular entre os seus patrícios.⁸

Seja com relação aos nomes famosos, seja com relação aos ilustres desconhecidos, suas escolhas pautavam-se, primeiro, pelo caráter nacional da peça literária e, depois, pelo seu ineditismo, critérios que serão discutidos mais adiante. Por ora, apenas reforço tal afirmação com exemplos pontuais.

Vários são os poemas, nesse volume, dedicados a ressaltar aspectos da natureza tropical, nosso “lugar de memória”⁹ e identidade mais assumidamente internalizado. Citando alguns, temos “Primaveras”, “Flor!”, “A Destruição das matas. Brasileira em três cantos”, de Casimiro de Abreu, Francisco da Costa Carvalho e Araújo Porto-Alegre, respectivamente.

Mudando um pouco a temática, mas mantendo a chave da afirmação nacional, há um poema anônimo escolhido certamente porque, como explica Bocaiúva, havia sido feito e dedicado “ao célebre barão de Meusbach”, diplomata prusso que tanto nos enxovalhou”.¹⁰ Com uma ponta de ironia vingativa, o autor o descreve como “excelente criatura que só tinha dois defeitos; não ter juízo e embriagar-se freqüentemente”.¹¹

Por outro lado, Cláudio Manuel da Costa é louvado como herói da Inconfidência e por ser “dos poetas brasileiros, um dos que melhor manejou o gênero da poesia lírica”.¹² E, já que reunia essas qualidades, não podia ficar

8. BOCAIÚVA, 1862, p. 29.

9. NORA, 1984, p. 7-28.

10. BOCAIÚVA, 1862, p. 35.

11. BOCAIÚVA, 1862, p. 35.

12. BOCAIÚVA, 1862, p. 42.

de fora de sua antologia, que privilegiava notadamente os românticos. Aliás, Cláudio Manuel é figura fácil em todas as coletâneas, desde o *Parnaso Lusitano*, de Almeida Garrett. Este, obviamente, assume que os “engenhos brasileiros” vieram “avultar e enriquecer” a literatura portuguesa.¹³ Afirma ainda Garrett que Cláudio Manuel da Costa obteve “mui distinto lugar entre os poetas portugueses” de sua época e, portanto, deve ser considerado pelo Brasil como “seu primeiro poeta” e figurar, em Portugal, “entre um dos melhores”.¹⁴

Bocaiúva, como já se viu, despreza o fato de *sermos Portugal no Novo Mundo* durante a vida do poeta – o que dá a Garrett a liberdade de incluí-lo no rol dos poetas portugueses –; despreza, certamente, o conteúdo clássico de suas produções. No entanto, ressalta o seu atributo indiscutivelmente brasileiro: o fato de ter sido um dos inconfidentes. O texto que publica, além de tudo, agrega outra qualidade que merece ser referida em discurso direto: “O soneto que aqui estampamos e *que não sabemos se já alguma vez foi publicado*, é, como podem apreciá-lo os leitores, um mimo de poesia”.¹⁵

Essa espécie de ineditismo que persegue pode ser notada por outra inclusão, bem diversa da anterior. Trata-se do já citado Francisco da Costa Carvalho. Segundo Bocaiúva, o “Dr. Costa Carvalho é hoje magistrado e juiz de direito da comarca de Constituição, em São Paulo. Provavelmente, entre os labores de sua vida esqueceu a lira, onde, bom poeta, dedilhava outrora”.¹⁶ Cabia, então, recuperá-lo, mesmo que “infelizmente só possuísse a composição a que [...] dalva à publicidade”.¹⁷

Esses exemplos, que podem ser multiplicados numa leitura mais minuciosa da obra, dão mostras do que o texto introdutório e, principalmente, o posfácio afirmam, ou confirmam, com todas as letras: trata-se ainda, nos anos 60, da fundação de uma literatura nacional autônoma. O que, decididamente, parece hoje bem estranho e anacrônico, cheirando a incompetência ou desconhecimento. Uma das maneiras de neutralizar essa possível impressão seria observar o segundo dos textos aludidos.

13. GARRETT, 1826, p. 90.

14. GARRETT, 1826, p. 90.

15. BOCAIÚVA, 1862, p. 42.

16. BOCAIÚVA, 1862, p. 50.

17. BOCAIÚVA, 1862, p. 50.

O “Estudo sobre a nacionalidade da literatura”, escrito por um personagem bastante peculiar, que se assinava Adadus Calpe, é uma peça retoricamente muito bem construída, que mistura, na justa medida, arroubos nacionalistas e críticas ao caráter imitativo americano.

Antes de mais nada, convém situar esse indivíduo no cenário verde-e-amarelo. Adadus Calpe, pseudônimo e anagrama de A.D. de Pascual (Antonio Deodoro), é um espanhol que chega ao Rio de Janeiro em 1852. Num primeiro momento, segundo Maria Eunice Moreira, apresenta-se

como porta-voz de uma doutrina cientificista, a que dava o nome de Biologia, mas que, sem tratar dos estudos biológicos, realizava uma espécie de associação entre hipnotismo e prestidigitação, que incluía demonstrações práticas.¹⁸

A mistura de mágico e cientista exerceu grande fascínio sobre a sociedade carioca de então, ávida por acompanhar os avanços europeus. Mesmo com um ar pouco ou nada sério, as novas técnicas que apresentava foram aceitas e aplaudidas, e o estranho ilusionista atingiu, num passe de mágica, grande notoriedade. Tanto é assim que, alguns anos depois, naturalizado brasileiro, assumiu as funções de compilador e tradutor na Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros e, em 1859, foi acolhido como membro da cidadela letrada por excelência da época: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.¹⁹

Pascual, que continuou se assinando Adadus Calpe, publicou ensaios e livros sobre assuntos referentes ao patriotismo, tais como *Um episódio da história pátria: as quatro derradeiras noites dos inconfidentes*, em 1868;²⁰ um drama sobre escravos africanos, em 1870; e a novela *Esposa e mulher: romance brasileiro*, em 1872. Decididamente, Pascual soube, como ninguém, adequar sua fala ao discurso vigente, retomando sempre “el sentido de oportunidad que le había abierto las puertas del éxito desde que llegó a Brasil”.²¹ Logo,

18. MOREIRA, 2002, p. 1.

19. Cf. MOREIRA, 2002; PIÑERO, 2002.

20. Sobre esse livro, Maria Concepción Piñero observa que Pascual talvez estivesse buscando suavizar a posição polêmica adotada alguns anos antes, quando publicou um ensaio que exaltava a figura do Imperador Pedro I em detrimento de Tiradentes (op. cit., p. 3).

21. PIÑERO, 2002, p.4.

seria ingênua e equivocada uma leitura de seus textos que não levasse em conta “el lado práctico de la personalidad del autor [que] sabía presentar sus ideas a un público *receptivo* y en el *momento apropiado*” (grifos meus).²²

Ao analisar o “Estudo sobre a nacionalidade da literatura”, deve-se ter em mente esse tal “senso de oportunidade” de seu autor, senso este que torna palatáveis suas duras críticas quanto à falta de “cunho especial”, “aroma nacional” e “atavios próprios” da literatura americana.²³ A bem da verdade, seu texto não traz nenhuma novidade nesse sentido; pelo contrário, repete, quase nos mesmos termos, os textos de Ferdinand Denis, Almeida Garrett e Sismonde de Sismondi, das primeiras décadas do século. Mas há uma diferença fundamental a favor de Adadus Calpe, sua fala é emitida do interior de um confortável *nós*, enquanto os primeiros eram *outros* falando de nós.

Renovados por essa simples troca do lugar de emissão do discurso, os chavões de outrora parecem ressignificar-se. Assim, no meio de exaltações orgulhosas – do gênero

Quem melhor do que *nós* pode emprestar tropos atrevidos, imagens gigantescas, comparações sublimes, contrastes admiráveis, cenas portentosas à natureza cuja pompa esmaga o estro poético dos homens do antigo mundo? Quem melhor do que *nós* pode cantar o céu rutilante de astros, as brisas fagueiras, o ar vital, o sol esplendente, o cerúleo manto equatoriano? Quem melhor do que *nós* pode, sem ser oriental no estilo, mostrar-se grande, suntuoso e sublime! (grifos meus)²⁴

–, é possível alertar para o perigo da falta de originalidade, que faz de nossa literatura, e de nossa cultura em geral, uma simples reprodução dos modelos greco-romanos e do Velho Mundo.

Adadus Calpe não precisa se preocupar em assumir um tom amistoso, como o de Denis, quando estimula o povo americano a desenvolver o gosto pela natureza tropical, a conhecer e exaltar os hábitos e lendas indígenas.²⁵ Suas críticas são ríspidas e sem-cerimônia, à maneira de um filho preocupado com os destinos de sua mãe-pátria, como se nota no fragmento a seguir:

22. PIÑERO, 2002.

23. In: BOCAIÚVA, 1862, p. 113.

24. In: BOCAIÚVA, 1862, p. 114.

25. Cf. DENIS, 1826, p. 35-41.

só a literatura das três raças dominantes no novo continente carece desse caráter individual da nação e do caráter nacional dos indivíduos, e este defeito é imperdoável, brada calorosamente contra os seus escritores.²⁶

Ou nesse outro, ainda mais inflamado:

Ninguém, a não ser baldo de razão, pode asseverar que o *nosso* céu, a *nossa* terra, a *nossa* vegetação, os *nostros* produtos naturais, a *nossa* história indígena, sejam iguais aos elementos semelhantes que formam o fundo das letras dos povos estrangeiros.

Por que razão, pois, não *nos adiantamos* na rota da própria civilização e *ficamos* sempre raquíticos imitadores dos povos velhos? (grifos meus).²⁷

Como se nota por essas amostras, o tom furioso alterna em equilíbrio com o arroubo encomiástico. Mas o conteúdo do texto é, ele próprio, repetitivo e pouco original, pois apela para uma necessidade de ser diferente que, como assinala Maria Helena Rouanet, “havia sido previst[a] e preparad[a]” – e também exhaustivamente formulada – “pelo próprio olhar europeu”, e isso, há pelo menos três séculos.²⁸

Na parte final do texto, fica ainda mais evidente seu juízo de que nossa independência literária não fora realizada e que, para isso, era preciso esperar por um “Lutero literário”, que desencadeasse uma reforma em nossas letras.²⁹

Depois da leitura do ensaio, a sensação de impropriedade e inadequação temporal das idéias ali expostas aumenta vertiginosamente. No entanto, que se saiba, a recepção da época foi bastante normal, nem esse texto, nem a própria antologia foram rechaçados ou silenciados. Logo, Maria Eunice Moreira tem razão quando observa que “Adadus Calpe [soube] como usar o bordão de mágico para transformar em ilusão as palavras que proferiu”; pois, como bom “mágico da palavra [...] tocou num ponto crucial dos debates literários [...], mas se apresentando como um brasileiro [que discutia] com seus novos conterrâneos os rumos da literatura nacional”.³⁰

26. In: BOCAIUVA, 1862, p. 113.

27. In: BOCAIUVA, 1862, p. 120.

28. ROUANET, 1991, p. 242.

29. In: BOCAIUVA, 1862, p. 123.

30. MOREIRA, 2002, p. 9.

Se, por um lado, esse efeito ilusório pode ter contribuído para a retomada de velhas questões, fossem elas apropriadas ou não aos novos tempos, por outro lado, tal efeito, sozinho, não seria capaz de neutralizar novas polêmicas acrescidas de devastadores exemplos produzidos pela chamada Escola Romântica.

Repetição programática?

Muitos estudiosos do Dezenove brasileiro já se detiveram na questão da repetição percebida nos vários níveis da produção da época. Assim, Luiz Costa Lima, na crítica que faz ao sistema intelectual brasileiro, calcado na “auditividade”, vê na métrica utilizada por Gonçalves Dias – em seus poemas de “versos iguais” – uma “maneira de converter a página escrita em forma oral”.³¹ Flora Süssekind, por sua vez, inicia o seu *Tal Brasil, qual romance?* fazendo uma analogia entre família e estética, aventando a hipótese de que, como no dito “Tal pai, tal filho”, espera-se da arte nacional uma duplicação em forma de “semelhança”, “continuidade”, “repetição”.³² Já Maria Helena Rouanet, em *Eternamente em berço esplêndido*, fala da “monotonia [...] inevitável [...] [de] textos que apresentam uma mesma proposta”,³³ e ainda lista diversos exemplos do “invariável pano de fundo” sobre o qual se desenvolvem os argumentos de caracterização do nacional.³⁴

Não teria função, portanto, produzir mais um ensaio que apenas corroborasse essa visão que detecta como traço exclusivamente negativo esse aspecto da produção oitocentista. Inclusive porque alguns desses estudiosos já reviram suas posições em textos mais recentes.

No âmbito mais geral de meu trabalho, venho tratando as antologias literárias oitocentistas como elementos de constituição de uma memória coletiva, privilegiando, para tanto, o próprio mecanismo que embasa esse processo. Tal mecanismo consiste numa seleção funcional a partir do jogo entre esquecimento e lembrança. Os autores que se adequam, de alguma forma, ao projeto nacional devem ser incluídos nas antologias, para serem lembrados; todos os outros,

31. LIMA, 1981, p. 7.

32. SUSSEKIND, 1984, p. 21.

33. ROUANET, 1991, p. 271.

34. ROUANET, 1991, p. 243.

independentemente da qualidade de seus trabalhos, são deixados de lado, para que o esquecimento os apague da memória dos indivíduos.³⁵

A leitura da *Lírica Nacional* e, mais especialmente, do “Estudo sobre a nacionalidade da literatura”, nela inserido, levam-me a propor a existência, nesse sistema, de um terceiro vetor, tão importante quanto os dois outros já mencionados: a mal-falada repetição. Por meio desta, e de sua persistência e insistência em certos aspectos, acaba-se inculcando na memória de cada indivíduo aquilo que precisa ser lembrado.

Esse procedimento, por sinal, não era nenhuma novidade, nem criação dos intelectuais oitocentistas. No início da era da imprensa, por exemplo, os Florilégios e as Poliantéias eram largamente difundidos, pois recolhiam em suas páginas o modelo oratório – *les fleurs de bien dire*³⁶ – a ser seguido e imitado. Por possibilitarem uma espécie de adestramento da memória, tais obras eram muito usadas nas escolas, onde permaneceram por bastante tempo, mesmo depois do século XIX, quando a concepção retórico-poética cedeu espaço para a história da literatura e não era mais necessário, nem desejado, que se decorassem modelos.

Sem dúvida alguma, as antologias oitocentistas têm diferente motivação com relação às suas ancestrais. O foco, agora, não era mais a cultura clássica a ser reproduzida, mas o patrimônio nacional que deve ser conhecido e reverenciado por todos. Cabe lembrar que esse patrimônio estava em fase de constituição e, por isso mesmo, era preciso convencer os leitores de que ele efetivamente existia e se constituía da maneira como lhes era apresentado, a fim de construir laços comuns que os identificassem como brasileiros. Nesse sentido, a repetição se revelou um instrumento dos mais valiosos.

Aliás, esse é o procedimento habitual quando se pensa em decorar ou memorizar algo. É preciso repetir, até que a coisa a ser lembrada fique gravada

35. Cf. *Uma História gorda: algumas das primeiras antologias literárias do Brasil* (UERJ: 2001) e “Uma tradição persistente: antologias como rascunho da história da literatura” (Niterói, *Gragoatá*, 2002). Cf. ainda as comunicações intituladas “Antologias oitocentistas”, “Uma Biografia em dois Atos: a nação brasileira na perspectiva de João Manuel Pereira da Silva” e “Os bons filhos da pátria: a construção de um patrimônio nacional”, apresentadas na Abralic (BH, 2002), Anpuh (2002) e no I Encontro Internacional de Estudantes de Pós-Graduação em Letras (UERJ, 2002), respectivamente.

36. BEUGNOT, 1994, p. 262.

na memória, até que se *saiba de cor*. Certamente, as teorias dos discursos que se valem desse recurso (tais como a publicidade e diversas formas da cultura de massa) teriam algo mais a acrescentar sobre a funcionalidade da repetição. Mas, por ora, essa simples constatação basta para que se entenda que, por meio desse ingrediente, é possível passar do plano individual para o coletivo, fazendo com que as escolhas de alguns indivíduos passem a integrar o acervo comum de uma coletividade. Foi assim que nossas antologias nacionais – e incluem-se nesse “gênero” os museus, as bibliotecas, os monumentos etc. – constituíram uma memória coletiva fazendo convergir para um único “foco”, usando a própria expressão de Quintino Bocaiúva, as memórias individuais.

Pensando dessa forma, a *Lírica Nacional*, o projeto em que se insere e o posfácio de Adadus Calpe adquirem uma função bem específica, que justifica plenamente sua aceitação, na época, por seus pares. Mesmo porque, como lembra Paolo Rossi,

Aqueles que dedicam a vida a recordar e a fazer recordar aos outros pedaços consistentes de um passado mais ou menos longínquo, sabem bem que o passado é “um país estrangeiro”, sabem que ele deve ser laboriosamente reconstruído no curso de cada geração.³⁷

Résumé: L'anthologie La Lyrique nationale, de Quintino Bocaiúva, est présentée ici comme un ouvrage qui, comme les autres anthologies qui ont précédé sa parution, cherche à jouer un rôle important dans le sens de la consolidation de la littérature brésilienne. Mais c'est surtout le décalage temporel existant entre le livre de Bocaiúva et ces premières collections qui m'a poussée à revoir les mécanismes qui déterminent son élaboration et, plus spécialement, le facteur répétition.

Mots-clés: Littérature brésilienne; Anthologies du XIX^{ème} siècle; Quintino Bocaiúva.

37. ROSSI, 1991, p. 24.

Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/poslit>

Referências Bibliográficas

- BEUGNOT, Bernard. *La Mémoire du texte: essai de poétique classique*. Paris: Honoré Champion Éd., 1994.
- BOCAIÚVA, Quintino. *Lírica Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1862.
- CALPE, Adadus. Estudo sobre a nacionalidade da literatura. In: BOCAIÚVA, Q. *Lírica Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1862. p. 111-124.
- DENIS, Ferdinand. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*. (1826). In: CÉSAR, G. (Org.) *Historiadores e críticos do Romantismo I: A contribuição europeia*. Rio de Janeiro/São Paulo: LTC/Edusp, 1978.
- FRAISSE, Emmanuel. *Les Anthologies en France*. Paris: PUF, 1997.
- GARRETT, Almeida. *Parnaso Lusitano* (1826). In: MOREIRA, Maria Eunice; ZILBERMAN, Regina (Org.). *O Berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p. 17-73.
- LIMA, Luiz Costa. Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil. In: *Dispersa demanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. p. 3-29.
- MOREIRA, Maria Eunice. O Rio de Janeiro na ótica de dois espanhóis: a modernidade na capital imperial. Comunicação apresentada no VIII Congresso Internacional ABRALIC, Belo Horizonte, 2002.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares (1984). In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, p. 7-28, 1993.
- PIÑERO, María Concepción V. Un Mago español en el Brasil imperial. Disponível em: <www.hottopos.com/notand2/2002>.
- ROSSI, Paolo. Ricordare e dimenticare. In: *Il Pasato, la memoria, l'oblio: sei saggi di storia delli idee*. Bologna: Il Mulino, 1991. p. 13-34.
- ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- ROUANET, Maria Helena. Crítica e história da literatura no século XIX: verso e reverso da mesma moeda? In: *Anais do II Seminário de História da literatura*. Letras Hoje. Porto Alegre, v. 31, n. 4, dezembro de 1996, p. 7-13.
- SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance?* Uma ideologia estética e sua história: o Naturalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- ZILBERMAN, Regina. Uma Teoria para a história da literatura no Brasil. In: MOREIRA, Maria Eunice (Org.). *Anais do I Seminário Internacional de História da Literatura. Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. Porto Alegre, v. III, n. 1, abril de 1997, p. 20-26.